



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORES PF-UFES

PARECER n. 358/2021/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU

NUP: 23068.057671/2020-15

INTERESSADOS: INSTITUTO TECNOLÓGICO ITUFES UFES

ASSUNTOS: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

EMENTA: CONTRATO COM FUNDAÇÃO DE APOIO LEI 8.958/94, DECRETO 7.423/10 E RESOLUÇÃO Nº 46/2019 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. SEM ÓBICE JURÍDICO DESDE QUE OBSERVADA E CUMPRIDA A ORIENTAÇÃO DESTES PARECER. ESTE PARECER NÃO SUPRE A NECESSIDADE DE DECISÃO EXPRESSA DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE, NOS TERMOS DO ART. 48 DA LEI Nº 9.784/1999. AS CONSIDERAÇÕES TECIDAS RESTRINGEM-SE AO EXAME DO ASPECTO JURÍDICO-FORMAL DO PROCESSO, NÃO ADENTRANDO NAS QUESTÕES TÉCNICAS, TAMPOUCO AS DE OPORTUNIDADE, CONVENIÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO, POR NÃO SEREM DE COMPETÊNCIA DESTA PROCURADORIA.

Senhor Procurador Chefe:

I - RELATÓRIO.

1. Trata-se de análise de minuta de CONTRATO a ser celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a fundação de apoio FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (Sequencial 102 - Lepisma).
2. Consta na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, que o CONTRATO tem como objeto *"a prestação de apoio por parte da CONTRATADA ao projeto de pesquisa denominado "Programa AgroNordeste - Projeto de Desenvolvimento de Assentados", doravante denominado PROJETO, parte integrante deste contrato independentemente de sua descrição"* (Sequencial 102 - Lepisma).
3. Consta na CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: *"O presente CONTRATO terá a duração de 16 (dezesesseis) meses, a contar da data de sua assinatura. SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Poderá haver prorrogação caso haja necessidade de dilação do prazo de execução do projeto apoiado, mediante Termo Aditivo a ser aprovado previamente pela CONTRATANTE."* (Sequencial 102 - Lepisma).
4. Consta na CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR DO CONTRATO: *"As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta: PTRES 169028 NOTA DE EMPENHO 2021 NE 911 DATA DE EMISSÃO 12/08/2021 SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O valor total deste contrato é R\$ 2.997.023,51 (dois milhões e novecentos noventa sete mil e vinte três reais e cinquenta um centavos) e corresponde ao montante global dos recursos financeiros orçados para o funcionamento do PROJETO, cujo gerenciamento administrativo e financeiro será apoiado pela CONTRATADA."* (Sequencial 102 - Lepisma).
5. Consta na CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: *"Aplicam-se a este CONTRATO o disposto nas Leis nº 8.666/93, nº 8.958/94, nos Decretos nº 7.023/10, 8.240/14 e 8.241/14 e regulamentações da Lei nº. 8.958/94, Resoluções específicas do Conselho Universitário da CONTRATANTE (Resolução nº 46/2019-CUn), em especial, aos casos nele omissos, os preceitos do Direito Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e das Disposições de Direito Privado."*
6. Consta nos autos Projeto Básico (Sequencial 82 - Lepisma), que define o objeto e a justificativa do referido projeto de pesquisa. Ademais,
7. Consta nos autos a instrução processual (*Cheklis*) : *"DOCUMENTO LOCALIZAÇÃO 1 Programa de Trabalho Seq. nº 81 2 Projeto Básico de Contratação de Fundação de Apoio assinado pela coordenação do projeto e fiscal Seq. nº 82 3 Metas quantificadas Seq. nº 82 - Item 7 4 Identificação precisa dos bolsistas no projeto contendo nome, SIAPE, CPF Seq. nº 82 - Item 22 5 Justificativa de Interesse Institucional para a contratação de fundação de apoio pelo coordenador Seq. nº 82 - Item 13 6 Planilha de Receitas e Despesas detalhada contendo orçamentos que expressem custos unitários e metodologia de cálculo (Acórdão 9604/2017-TCU 2ª Câmara) Seq. nº 101 7 Planilha de pesquisa de preço das fundações de apoio contendo o detalhamento da Despesas Operacional Administrativa/DOA a ser cobrado Seq. nº 8 e 9 8 Justificativa de valor de DOA conforme o mercado Seq. nº 82 - Item 13. nº 89 9 Cronograma físico-financeiro contendo etapas, prazos e recursos (Acórdão 9604/2017-TCU 2ª Câmara) Seq. nº 12 10 Aprovação por Órgão Suplementar (por ad referendum) Seq. nº 14 11 Registro do Projeto na Pró-Reitoria de Origem Seq. nº 38 12 Parecer do DIT/PRPPG, se o projeto envolver pesquisa ou*

inovação tecnológica Seq. 45 e 47 13 Justificativa de Interesse Institucional emitida pela Pró-Reitoria pertinente (assinada via lepisma) Seq. nº 16 14 Declaração de não contratação de familiares, salvo mediante processo seletivo, de acordo com o Decreto 7203/2010 Seq. nº 6, 83, 90, 96 15 Declaração de observância ao § 3º do Art. 6º do Decreto nº. 7.423/2010 referente a participação de no mínimo de 2/3 de participantes vinculados à UFES Seq. nº 5 e 97 16 Declaração de observância ao § 4º do Art. 7º do Decreto nº. 7.423/2010 referente ao teto constitucional para a remuneração Seq. nº 7 e 39 17 Relação dos servidores/acadêmicos que atuarão no projeto Seq. nº 82 - Item 22 18 Documento indicando a origem dos recursos do projeto Seq. nº 10 19 Declaração para Desempenho de Atividades Seq. nº 94 e 95 20 Autorização para isenção parcial ou total do ressarcimento à UFES (4%) NÃO HAVERÁ ISENÇÃO 21 Autorização para isenção parcial ou total do ressarcimento ao DEPE (13%) NÃO HAVERÁ ISENÇÃO 22 Instrumento jurídico a ser firmado com o ente financiador do recurso Seq. nº 10 23 Verificação de Dotação Orçamentária Seq. nº 67 24 Empenho Seq. nº 77 25 Ato de Dispensa de Licitação e de Ato de Ratificação Seq. nº 23 e 26 26 Minuta do contrato Seq. nº 102 ANÁLISE DA PLANILHA - RESOLUÇÃO Nº. 46/2019 Itens LIMITES INFORMADO APONTAMENTO Verba coordenação e serv. Adm. (35%) R\$ 1.048.958,23 R\$ 408.924,72 ATENDE Limite mensal valor coordenação (CD-4) R\$ 6.421,26 R\$ - ATENDE Ressarcimento UFES --- 3% sobre receita R\$ 89.910,71 R\$ 92.930,97 ATENDE --- 4% sobre custos diretos R\$ 92.930,97 R\$ 92.930,97 Ressarcimento DEPE --- 10% sobre receita R\$ 299.702,35 R\$ 302.025,46 ATENDE ** --- 13% sobre custos diretos R\$ 302.025,64 R\$ 302.025,46 INSS (20% sobre valores de pessoa física) R\$ - R\$ - ATENDE Encargos pessoal celetista (máximo 77,5%) R\$ 339.340,39 R\$ 339.340,39 ATENDE Limite do custo operacional (15%) R\$ 449.553,53 R\$ 278.792,79 ATENDE Despesa equivalente à receita R\$ 2.997.023,51 R\$ 2.997.023,36 ATENDE ** ** A diferença dos valores é de 18 e 15 centavos respectivamente." (Sequencial 103 - Lepisma)

8. O pedido de exame fundamenta-se no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: "As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

9. É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Dos Limites da Análise e Manifestação Jurídica

10. Destaca-se que a presente manifestação limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria ora proposta e de sua regularidade processual, abstendo-se quanto às outras questões não ventiladas ou aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros ou que exijam exercício da conveniência e discricionariedade administrativas, bem como verificação e conferência de cálculos e valores, os quais não competem à Procuradoria, mas aos serviços técnicos competentes da Administração.

11. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

12. Presume-se, então, que todas as especificações tenham sido regularmente apuradas pela unidade competente e conferidas pela autoridade da contratação, o que, contudo, não é óbice para emissão de eventuais alertas, por essa Procuradoria, sobre tais aspectos, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

III - ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS

13. O contrato tem como objeto o financiamento de Projeto de Pesquisa, com base na Lei 8.958/94, Decreto 7.423/10 e Resolução nº 46/2019 do Conselho Universitário da UFES (CONSUNI). As partes deverão observar e cumprir rigorosamente a legislação, *verbis*:

Lei nº 8.958/94

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

Decreto nº 7.423/10

Art. 1º A caracterização das fundações a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, como fundação de apoio a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, é condicionada ao prévio registro e credenciamento, por ato conjunto dos

Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos do inciso III do art. 2º da referida Lei e da regulamentação estabelecida por este Decreto.

Parágrafo único. A fundação registrada e credenciada como fundação de apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.

Resolução nº 46/2019 do CONSUNI:

Art. 1º A celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados entre a Universidade Federal do Espírito Santo e as fundações de apoio, com amparo nas Leis nº 8.958/1994 e nº 13.243/2016, e nos Decretos nº 7.423/2010, nº 8240/2014, nº 8241/2014 e nº 9.283/2018, rege-se pelo que estabelece esta Resolução.

Art. 2º A Universidade poderá celebrar com fundações de apoio contratos, convênios e instrumentos congêneres, acordos ou ajustes individualizados, nos termos das leis que disciplinam a matéria, visando à contratação/prestação de serviço de apoio a seus projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e inovação.

Art. 3º Os projetos de pesquisa, ensino, extensão, inovação e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de prestação de serviços tecnológicos poderão ser apoiados ou desenvolvidos em parceria com fundações de apoio, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - aprovação prévia:

a. pela Câmara Departamental e Conselho Departamental ou Programa de Pós-graduação e Conselho Departamental do respectivo centro, no caso de Projetos originados nas unidades de ensino. Quando o Projeto for originado pela Direção do Centro a aprovação será somente do Conselho Departamental;

b. pelo respectivo conselho deliberativo, nos casos de projetos originados em órgãos suplementares e coordenados por servidores técnico-administrativos, podendo a aprovação, nesse caso, ser substituída por decisão monocrática do titular do órgão;

c. pela câmara departamental pertinente, nos casos de projetos coordenados por docentes integrantes de órgãos suplementares;

d. pela respectiva câmara ou órgão, nos casos de projetos originados em pró-reitorias, podendo a aprovação, nesse caso, ser substituída por decisão monocrática do pró-reitor;

II - registro na pró-reitoria à qual o projeto está vinculado, manifestação de interesse institucional e enquadramento final pelo pró-reitor em uma das categorias de projeto previstas no art. 1º da Lei nº 8.958/1994 e na Lei de Inovação;

III - atendimento aos requisitos formais estabelecidos no Manual de Elaboração e Modificação de Contratos com Fundação de Apoio verificados pela Proad ou pelo setor por esta designado §1º O registro e o acompanhamento dos projetos caberão à respectiva pró-reitoria, a saber:

a. projeto de ensino de graduação: Prograd;

b. projeto de ensino de pós-graduação, pesquisa, tecnologia e inovação: PRPPG;

c. projeto de extensão: Proex;

d. projeto de desenvolvimento institucional: Proplan.

14. Observa-se que a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente, conforme precípuo o art. 1º de seu Estatuto.

15. A Fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão. Desta feita, a prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste nenhum interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, no termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto nº 5.205/2004.

16. Vem a calhar neste contexto as lições da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que conceitua fundações instituídas pelo Poder Público como sendo:

“... o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.”

17. Recomendamos a essencial efetivação do ACÓRDÃO Nº 9.604/2017 - TCU - 2ª Câmara do TCU de 07/11/2017, específico para a UFES, dentre os quais, sem prejuízo de outros constantes do referido julgado:

a) consoante o art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/93, o cronograma físico-financeiro da execução do serviço é peça obrigatória do contrato com as Fundações, a ser definido em cláusula específica; assim, caso não exista nestes autos, deve ser providenciado.

b) a transferência de recursos à Fundação contratada deve observar a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, o qual deve ser juntado aos autos.

c) é ilegal deixar de exigir a apresentação de prestações de contas parciais relativamente a contratos de gerenciamento de projetos que envolvam repasses durante a sua vigência de parcelas autônomas, independentes, entendidas como as repassadas para uma determinada fase, módulo ou período do curso (semestre, ano, etc.), tais como, por exemplo, os cursos de ensino a distância, por configurar transgressão ao art. 11, §1º, do Decreto 7.423/2010

IV - CONCLUSÃO.

18. Em conclusão, a Procuradoria Federal não detém conhecimento técnico ou competência para aferir a totalidade dos dados insertos, alertando que compete exclusivamente à área técnica verificar, com precisão, se as informações e/ou valores, atendem aos interesses do Projeto e à própria Universidade.

19. De modo que atendidas as recomendações constantes deste parecer não vislumbro óbice jurídico à celebração de CONTRATO entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a fundação de apoio - FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (Sequencial 102 - Lepisma).

20. Cumpridas as recomendações ou afastadas de forma motivada, não haverá necessidade de nova manifestação desta Procuradoria, nos termos da instrução n.º 05, do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU.25. 32.

21. Este Parecer não supre a necessidade de decisão expressa da autoridade administrativa competente, nos termos do art. 48 da Lei no 9.784/1999, pois as considerações tecidas restringem-se ao exame do aspecto jurídico-formal do processo, não adentrando nas questões técnicas, tampouco as de oportunidade, conveniência e formalização do instrumento, por não serem de competência desta Procuradoria.

À consideração superior.

Vitória, 30 de agosto de 2021.

OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068057671202015 e da chave de acesso f5b1992e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO - SIAPE 6296818
Procuradoria Federal - PF
Em 30/08/2021 às 19:18

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/258834?tipoArquivo=O>